

Economia

Economia - Brasil

O AJUSTE FISCAL Meta é transformar déficit de R\$ 11,6 bilhões estimado para 1999 em um superávit de 2,6% do Produto Interno

Governo joga cartada decisiva

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA - O governo jogou ontem sua cartada decisiva para manter a estabilidade econômica sem alterar o regime cambial. "Acabou o tempo do gradualismo", declarou ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao detalhar o pacote de medidas fiscais que somam R\$ 28 bilhões. Esse é o esforço necessário para transformar um déficit de R\$ 11,6 bilhões estimados para 1999 num superávit de R\$ 16,4 bilhões apenas no governo federal. Estados e municípios terão que comparecer com um superávit de R\$ 3,6 bilhões e as empresas estatais também com R\$ 3,6 bilhões para chegar à meta de superávit consolidado de todo o setor público de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1999. Para os dois anos seguintes as metas são de 2,8% e 3% do PIB de superávit primário, que exclui os gastos com juros.

A expectativa do ministro é de que os juros caiam dos atuais 45% ao ano para uma taxa média de 21,89% em 1999, 16,88% em 2000 e 13,37% em 2001. Assim, o déficit público nominal cairia dos 7,5% do PIB previstos para este ano para 4% do PIB em 1999, 2,5% do PIB em 2000 e 2% do PIB em 2001. Se o ajuste fiscal não for forte o suficiente para convencer o mercado internacional da saúde das contas públicas brasileiras, o país continuará perdendo reservas e o governo então poderá ser forçado a alterar a política cambial. Daí a importância para o governo de conseguir a aprovação no Congresso do pacote.

As metas fiscais negociadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) são fortes e passarão a fazer parte de um acordo formal com o Fundo, que deverá estar negociado até final de novembro. Esses resultados, afirmou o ministro, "são inegociáveis". As medidas de aumento de impostos e cortes de gastos até são inegociáveis com o Congresso, segundo Malan, desde que algo do mesmo montante seja colocado no lugar do que os parlamentares rejeitarem.

Metas compatíveis - As metas fiscais definidas no Programa de Estabilidade Física divulgado ontem são compatíveis com uma queda de 1% do produto no ano que vem, que



Malan espera "dias difíceis" e afirma que impostos e cortes só são negociáveis se Congresso apontar alternativas para o ajuste

retomaria a trajetória de crescimento de 3% em 2000 e 4% em 2001. O déficit em conta corrente do balanço de pagamentos - que representa o grau de dependência de recursos externos, hoje escassos - terá que despencar dos cerca de US\$ 35 bilhões este ano para algo entre US\$ 25 bilhões e US\$ 26 bilhões, segundo Malan.

Para isso, as exportações têm que crescer e a recessão terá que reduzir substancialmente as importações, levando a balança comercial para uma situação de equilíbrio ou, na pior das hipóteses, para um déficit de US\$ 1 bilhão no ano que vem.

Serão dias muito difíceis em 1999, admite o governo. O país terá que fazer em um ano - e por imposição da crise financeira internacional que afastou os investidores externos que perceberam o grau de vulnerabilidade do Brasil - o ajuste fiscal que não fez nos últimos vinte anos e que este governo postergou até onde pôde.

Plenos poderes - O executivo tem plenos poderes para arranjar apenas R\$ 8,67 bilhões, cortando os gastos com saúde, educação, reforma agrária e custeio da máquina administrativa. Para obter os quase R\$ 20 bilhões que ficam faltando, o governo dependerá de aprovação do Congresso. O aumento de impostos renderá R\$ 13,27 bilhões e o restante virá das reformas estruturais e do aumento das contribuições previdenciárias de ativos e inativos do setor público.

Todo o superávit primário que o governo espera produzir em 1999 - R\$ 16,38 bilhões - tem uma única destinação: pagar um pedaço da conta de juros que recai sobre a dívida mobiliária federal e que está voltada para uma trajetória explosiva.

O tamanho do problema está resumido no texto do documento de 60 páginas que explica o programa fiscal de 1999 a 2001, divulgado ontem pelo ministério da Fazenda: "O desafio

está posto: a trajetória atual é de inequívoca insolvência fiscal. Ou bem o Brasil corrige definitivamente o desequilíbrio de suas contas e avança no caminho da estabilidade e do desenvolvimento sustentado, ou permite ver-se lançado ao azar da conjuntura, correndo risco extraordinário de perder as conquistas que, como país, alcançou arduamente nos últimos quatro anos, com grave comprometimento de suas perspectivas futuras de crescimento, geração de empregos e redução das desigualdades".

O secretário José Roberto Mendonça de Barros, da Câmara de Comércio Exterior, diz que o programa fiscal é "profundo" e, por isso, seus efeitos serão rápidos. E, para isso, as medidas "são poucas, mas boas". Elas vão estabilizar a relação entre a dívida líquida e o Produto Interno Bruto só a partir de 2001. Para o ano que vem, ainda haverá uma elevação da proporção da dívida sobre o PIB dos 41,9% estimados este ano para 44,9%. Em

2000, a dívida líquida deixa de crescer e passa a corresponder a 44,4% do PIB.

Feito o ajuste fiscal duradouro, com as medidas de emergência que farão a ponte até que as reformas estruturais rendam dividendos e derrubando o déficit externo, Mendonça de Barros acredita que os investidores voltarão ao país. A volta não será na mesma intensidade do passado recente, mas através da reposição de alguns financiamentos, inclusive de linhas de comércio que hoje estão secando.

Os investimentos diretos nos últimos doze meses que terminaram em outubro somaram US\$ 24,4 bilhões. Essa é uma fonte de ingresso de recursos externos que não vai secar, embora deva ser menor no próximo ano. Se todo o aumento de impostos for aprovado pelo Congresso, o país terá no ano que vem uma carga tributária absolutamente recorde: 31,5% do PIB, estimou o secretário de Política Econômica, Amaury Bier.

Recessão - A recessão dificultará o ajuste das contas públicas de forma significativa. Pelas contas do governo, dos R\$ 28 bilhões de esforço fiscal, apenas da União e Previdência Social, cerca de R\$ 8 bilhões são necessários apenas para compensar a perda de receita pega queda do PIB. Cada 1% a menos de produto interno representa uma perda de arrecadação de cerca de R\$ 2 bilhões.

As privatizações renderão R\$ 24,7 bilhões no ano que vem e R\$ 16,4 bilhões em 2000. A partir daí, termina a venda de ativos públicos. Mas há, ainda, uma porção de esqueletos para contabilizar nas despesas do governo. A estimativa é de que em 1999 essas dívidas representem R\$ 15,2 bilhões e outros R\$ 6,8 bilhões no ano seguinte.

O programa econômico para 1999 não preconiza qualquer mudança no regime cambial, insistiu Malan. Segundo ele, dois estudos feitos por bancos estrangeiros (Lloyds e J.P. Morgan) indicam que a sobrevalorização cambial no Brasil é de 9% a 10%. Só neste ano, diz o ministro, a desvalorização real será de 7,5%. Mas o mercado continua receoso quanto à capacidade do governo de manter intacta a política cambial, mesmo com o ajuste anunciado ontem.